

COMISSÃO DA AMAZÔNIA, INTEGRAÇÃO NACIONAL E DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

REQUERIMENTO N^º , DE 2006 (Do Sr. Carlos Souza)

Requer a realização de Audiência Pública para discutir a criação de um Fundo Internacional de Preservação da Amazônia.

Senhor Presidente:

Requeiro, com fundamento no art. 255 do Regimento Interno, a realização de Audiência Pública para discutir o Fundo de Preservação da Amazônia, para a qual deverão ser convidados:

- o representante do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente;
- o Diretor do Programa Nacional de Florestas do Ministério do Meio Ambiente;
- o Coordenador de Ações Estratégicas do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia;
- representantes das organizações não governamentais WWF e Greenpeace;
- Ronaldo Seroa da Mota, Coordenador de Estudos de Regulação do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e

- Luiz Pinguelli Rosa, Secretário Executivo do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas.

JUSTIFICAÇÃO

A idéia de trazer ao debate, na Comissão da Amazônia, Integração Nacional e Desenvolvimento Regional, a criação de um Fundo Internacional para a Preservação da Amazônia surgiu a partir da leitura de um artigo, de autoria de Ronaldo Seroa da Mota, intitulado POR UMA AMAZÔNIA ECONOMICAMENTE SUSTENTÁVEL, recentemente publicado na Sempre Brasil - Revista Brasileira de Desenvolvimento Sustentável, do Centro Internacional de Desenvolvimento Sustentável, da Fundação Getúlio Vargas.

Em resumo, o artigo apresenta os seguintes argumentos:

- a preservação da Amazônia implica benefícios que extrapolam nossas fronteiras, gerando vantagens em bem-estar em maior magnitude para o mundo que para o Brasil;

- o desmatamento ocorre porque, do ponto de vista de curto prazo do proprietário da terra, é vantajoso. É ruim para o planeta, mas é a forma de obtenção de renda desse proprietário;

- para a preservação da Amazônia ser mais lucrativa para o Brasil que sua devastação, o mundo teria de remunerá-lo, teria de compensar os brasileiros pelos serviços ambientais da floresta, o que levaria a uma preservação economicamente viável;

Alguns dados corroboram para a viabilidade da proposta:

- pesquisa conduzida pela University College London, em domicílios europeus, mostra que cada família dos países ricos estaria disposta a pagar um valor médio de US\$ 30 a 50 por ano para garantir a preservação da floresta;

- observando-se que há 400 milhões de hectares na Amazônia e 400 milhões de famílias nos países ricos, conclui- se que cada hectare seria remunerado em, no mínimo, US\$ 30. Esse valor é maior do que o obtido com o extrativismo;

- além disso, a proposta de algumas organizações para a viabilização da conservação da Amazônia é a remuneração em US\$ 50 por ano: 30 para a preservação e 20 para a bioprospecção;

- o dinheiro seria arrecadado pela ONU e gerido pelo governo brasileiro, que implementaria uma política de compensação ambiental na Amazônia, pagando aos proprietários da terra pelo serviço de preservação. Grande parte dos proprietários preferiria usar esses recursos a desmatar.

Tal proposta, segundo Ronaldo Seroa da Mota, vem sendo discutida há mais de 20 anos e o impasse apenas permanece porque os países ricos ainda preferem usar o problema ambiental como instrumento de pressão, para enfraquecer posições do governo brasileiro em questões internacionais.

Antes desse, outro artigo, publicado no Jornal O Estado de São Paulo, em novembro de 2005, de autoria de Herton Escobar, também tratou de “Um fundo mundial para a Amazônia”, proposto pelo Brasil na última Conferência das Partes, que teve lugar em Montreal, em dezembro de 2005. Segundo Luiz Pinguelli Rosa, Secretário Executivo do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, um fundo internacional reuniria recursos para reforçar os programas de redução do desmatamento, no âmbito da Convenção das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, que prevê apoio financeiro e tecnológico a programas de redução de emissões de gases do efeito estufa nos países em desenvolvimento.

A proposta tem ainda a chance de atrair investidores interessados em associar seus empreendimentos à proteção ambiental. É o caso da grandes redes hoteleiras que, de olho no potencial ecoturístico da Amazônia, se dispõem a doar parte do lucro operacional de seus empreendimentos a um possível fundo de preservação da Amazônia, conforme mostrou reportagem do jornal eletrônico Jornaldamidia.com em outubro de 2003.

Todos esses aspectos deverão ser debatidos na Audiência Pública que ora propomos, de forma a fundamentar e orientar uma ação mais efetiva da Comissão da Amazônia, Integração Nacional e Desenvolvimento Regional a respeito da matéria.

Sala da Comissão, em de de 2006.

Deputado Carlos Souza

2006_4762_Carlos Souza